



## Comunicado - Missão Escola Pública

Finda a segunda reunião negocial, tendo conhecimento da proposta do MECI aos sindicatos e após diálogo estabelecido com alguns deles, Missão Escola Pública considera que aquilo que é apresentado pelo MECI está muito longe de ser uma proposta que dignifique a carreira docente, apesar de a tutela a apresentar como “refleti[ndo] a importância que este Ministério dá aos professores”.

Ao MECI, apelamos para a transparência: **requeremos a publicação das atas** das reuniões e queremos que sejam públicas as propostas apresentadas às estruturas sindicais. Os professores querem ver nos atos espelhada a importância que advogam ter-lhes: não aceitamos a revogação do decreto-lei 74/2023 de 25 de agosto, retirando a uns, mais uma vez na História, direitos concedidos a outros; exigimos o fim das quotas para a devolução do tempo de serviço e que esta aconteça no menor tempo possível desta legislatura, respeitando e incluindo também todos os docentes que se encontram à beira da reforma, devolvendo-lhes o tempo que trabalharam na mesma medida que todos os outros (na forma possível: majoração do tempo para a reforma antecipada). Lembramos ainda ao MECI que estão a **findar os 60 dias**, da promessa eleitoral, que estabelecemos para que tivesse lugar a implementação das medidas de carácter urgente que apontámos no dia 16 de março em comunicado endereçado ao governo.

Às estruturas sindicais, apelamos novamente para a construção de uma **contraproposta única** e exigimos transparência, rigor e musculatura na defesa da classe que representam (sócios e não sócios).

Os docentes não se vergarão a quaisquer outros interesses que o da defesa da Escola pública, em Portugal, que ameaça ruir, face à falta de investimento e de visão de futuro para a profissão e para o país. Pela Escola Pública, sempre.

**“A Escola constrói Pontes.**

**Todos somos margem para  
ligar à Escola Pública.**

**Ajudem-nos a desbravar  
caminhos!”**

Missão Escola Pública